



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

**Ata de Reunião nº 01/2026**

Aos 20 dias do mês de janeiro de 2026 (terça-feira), às 10 horas, reuniram-se os membros da Comissão de Assuntos Administrativos, os Excelentíssimos Desembargadores **Helcio Dantas Lobo Junior**, Presidente da Comissão, **Samuel Hugo Lima**, **Fabio Grasselli**, **José Otávio de Souza Ferreira**, **Roberto Nóbrega de Almeida Filho**, **Eder Sivers**, **João Batista Martins César**, **Renato Henry Sant'Anna**, **Marcelo Garcia Nunes**, **Marcos da Silva Porto** e a Excelentíssima Desembargadora **Ana Cláudia Torres Vianna**. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Desembargadores **Manoel Carlos Toledo Filho**, **Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo**, **Orlando Amancio Taveira** e **Helio Grasselli**. Secretariaram os trabalhos o Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa, Flávio Landi, e o Assessor da Vice-Presidência Administrativa, Paulo César Pinto da Silva.

O Excelentíssimo Desembargador Helcio Dantas Lobo Junior declarou aberta a reunião, agradeceu a presença e a disponibilidade de todos e deu boas-vindas aos participantes.

Em seguida, o Presidente apregooou o seguinte processo:

Item	Assunto
Processo n.º 19289/2025 PROAD	Proposta de Resolução Administrativa que altera a Resolução Administrativa n.º 10/2012, para adequar o Regulamento Geral de Secretaria, visando à cisão da Secretaria da Administração e à criação da Secretaria de Licitações e Contratos e da Secretaria de Infraestrutura, Logística e Manutenção Predial





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

O Presidente explicou que este processo foi iniciado para formalizar a proposta de adequação da estrutura da Secretaria da Administração deste E. Tribunal, visando atender às disposições da Resolução CNJ 347/2020 e das Resoluções CSJT n.ºs 296/2021, 364/2023 e 365/2023, bem como da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Debatido o tema, a Comissão aprovou a norma em questão, por unanimidade, nos seguintes termos:

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º /2025**

\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

Altera dispositivos da Resolução Administrativa n.º 010/2012 – Regulamento Geral de Secretaria do Tribunal e a tabela de comissionamento do Tribunal, e dá outras providências.

**A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNJ n.º 347/2020, que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** as novas disciplinas normativas que se estabeleceram por meio das Resoluções CSJT n.ºs 364/2023 e 365/2023, que tratam, respectivamente, da Política de Governança e Gestão das Contratações e da Política de Manutenção Predial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

**CONSIDERANDO** o teor da nova Lei de Licitações e Contratos n.º 14.133/2021;

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução CSJT n.º 296/2021, que dispõe sobre a padronização da estrutura organizacional e de pessoal e sobre a distribuição da força de trabalho nos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus;

**CONSIDERANDO** a deliberação do Egrégio Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, no âmbito do Proad n.º 19289/2025, em Sessão Administrativa realizada em \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Incluir os itens 9 e 10 na alínea "e" do art. 1º, V, do Anexo Único – Regulamento Geral de Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – da Resolução Administrativa n.º 10, de 5 de outubro de 2012, com a seguinte redação:

Art. 1º.

(...)

V –

(...)

e)

(...)

9. Secretaria de Licitações e Contratos:

9.1. Coordenadoria de Contratos:

9.1.1. Seção de Análise Contratual;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

9.1.2. Seção de Controle da Execução;

9.1.3. Seção de Terceirizados;

9.2. Coordenadoria de Licitações e Contratações Diretas:

9.2.1. Seção de Contratações;

9.2.2. Seção de Pregões;

9.3. Coordenadoria de Planejamento e Procedimentos Administrativos:

9.3.1. Seção de Estudos Preliminares das Contratações;

9.3.2. Seção de Suporte às Contratações;

9.4. Divisão de Governança das Contratações;

9.5. Assessoria Técnica da Secretaria de Licitações e Contratos;

10. Secretaria de Infraestrutura, Logística e Manutenção Predial:

10.1. Coordenadoria de Projetos, Obras e Imóveis:

10.1.1. Seção de Infraestrutura Civil;

10.2. Coordenadoria de Manutenção:

10.2.1. Seção de Conservação e Adequação das Instalações;

10.2.2. Seção de Elétrica e Telefonia;

10.2.3. Seção de Máquinas e Hidráulica;

10.3. Coordenadoria de Material e Logística:

10.3.1. Seção de Suprimentos;

10.3.2. Seção de Patrimônio;

10.3.3. Seção de Logística e Almoxarifado;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

**Art. 2º** Transformar funções comissionadas e cargo em comissão da tabela de comissionamentos do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme especificado, respectivamente, nos Anexos I e II.

**Art. 3º** Ficam alteradas as denominações das funções comissionadas e dos cargos em comissão constantes do Anexo III.

**Art. 4º** Ficam incluídos no Anexo VII da Resolução Administrativa n.º 11, de 22 de outubro de 2009, as funções comissionadas FC-5 Assistente Especializado descritas nos Anexos I e III.

**Art. 5º** O quantitativo total de cargos em comissão e funções comissionadas do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região passa a vigorar na forma do Anexo IV desta Resolução Administrativa.

**Art. 6º** Ressalvada indicação expressa, formalizada em sistema próprio, a alteração de que trata o art. 3º independe de ocupação, dispensando a indicação formal e a publicação de ato específico de nova designação daqueles que as ocupam e seus substitutos, bem como a apresentação das certidões previstas na Resolução CNJ n.º 156, de 8 de agosto de 2012.

**Art. 7º** Ficam revogados o item 3 e seus subitens da alínea "e" do inciso V do artigo 1º da Resolução Administrativa n.º 10, de 5 de outubro de 2012, sem prejuízo das respectivas competências institucionais na hipótese de mera alteração da vinculação hierárquica das unidades organizacionais a que se referem os citados itens.

**Art. 8º** Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN**  
Desembargadora Presidente do Tribunal





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º \_/2025  
\_\_de \_\_\_\_de 2025

Anexo I

TRANSFORMAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS				
DE				
NÍVEL	DENOMINAÇÃO ATUAL	QUANT.	VALOR INDIVIDUAL	VALOR TOTAL
FC-4	Assistente Técnico de Apoio Administrativo	5	R\$ 2.313,27	R\$ 11.566,35
FC-2	Assistente	1	R\$ 1.413,14	R\$ 1.413,14
TOTAL DISPONÍVEL PARA TRANSFORMAÇÃO EM R\$				R\$ 12.979,49
PARA				
NOVO NÍVEL	NOVA DENOMINAÇÃO	QUANT.	VALOR INDIVIDUAL	VALOR TOTAL
FC-5	Chefe de Seção	1	R\$ 2.662,06	R\$ 2.662,06
FC-5	Assistente Especializado	2	R\$ 2.662,06	R\$ 5.324,12
FC-3	Assistente de Apoio Administrativo	3	R\$ 1.644,51	R\$ 4.933,53
TOTAL UTILIZADO PARA TRANSFORMAÇÃO EM R\$				R\$ 12.919,71
SALDO ORÇAMENTÁRIO REMANESCENTE DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA EM TRÂMITE NO PROAD 19616/2025				R\$ 2.438,70
SALDO ORÇAMENTÁRIO REMANESCENTE DESTA RESOLUÇÃO				R\$ 2.498,48





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º \_/2025  
\_\_de \_\_\_\_de 2025

Anexo II

TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS COM SALDO REMANESCENTE DA RESOLUÇÃO CSJT N.º 335/2022				
DE				
NÍVEL	DENOMINAÇÃO ATUAL	QUANT.	VALOR INDIVIDUAL*	VALOR TOTAL
CJ-2	Diretor de Serviço	1	R\$ 8.822,98	R\$ 8.822,98
PARA				
NOVO NÍVEL	NOVA DENOMINAÇÃO	QUANT.	VALOR INDIVIDUAL*	VALOR TOTAL
CJ-3	Secretário	1	R\$ 10.029,94	R\$ 10.029,94
TOTAL UTILIZADO PARA TRANSFORMAÇÃO EM R\$				R\$ 1.206,96
* Valor da opção pela remuneração do cargo efetivo.				





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º \_/2025  
\_\_de \_\_\_\_de 2025

Anexo III

Alteração da denominação de cargo em comissão					
De			Para		
Nível	Denominação atual	Quantidade	Nível	Nova denominação	Quantidade
CJ-3	Diretor de Secretaria	1	CJ-3	Secretário	1
CJ-2	Diretor de Serviço	4	CJ-2	Coordenador	4
CJ-2	Assessor	1	CJ-2	Coordenador	1
Alteração da denominação de função comissionada					
De			Para		
Nível	Denominação atual	Quantidade	Nível	Nova denominação	Quantidade
FC-5	Assistente-Chefe de Setor	12	FC-5	Chefe de Seção	12
FC-5	Coordenador de Manutenção	1	FC-5	Chefe de Seção	1
FC-5	Assistente-Chefe de Setor	1	FC-5	Assistente Especializado	1
FC-5	Assistente Especializado da Presidência	1	FC-5	Assistente Especializado	1
FC-5	Assistente Especializado - Arquitetura	1	FC-5	Assistente Especializado - Engenharia	1
FC-4	Assistente de Setor	12	FC-4	Assistente de Seção	12
FC-4	Assistente Técnico de Apoio Administrativo	2	FC-4	Assistente de Seção	2







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º \_/2025  
\_\_de \_\_\_\_de 2025

Anexo IV

QUANTITATIVO TOTAL DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS		
NÍVEL	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
CJ-1	Assessor Técnico	21
CJ-1	Assessor Técnico de Gabinete de Desembargador	140
CJ-1	Assessor Técnico Parlamentar	1
CJ-1	Chefe de Divisão	71
CJ-2	Assessor	1
CJ-2	Coordenador	28
CJ-2	Diretor de Serviço	13
CJ-3	Assessor	3
CJ-3	Assessor da Escola Judicial	1
CJ-3	Assessor da Presidência	2
CJ-3	Assessor da Vice-Presidência Administrativa	1
CJ-3	Assessor da Vice-Presidência Judicial	1
CJ-3	Secretário	5
CJ-3	Assessor de Desembargador	70
CJ-3	Assessor de Imprensa	1
CJ-3	Assessor de Recurso de Revista	1
CJ-3	Assessor de Segurança	1
CJ-3	Assessor-Chefe	70
CJ-3	Diretor de Secretaria	4
CJ-3	Secretário da Corregedoria	1
CJ-3	Diretor de Secretaria Conjunta	10
CJ-3	Assessor de Secretaria Conjunta	143
CJ-3	Secretário de Auditoria Interna	1
CJ-3	Subsecretário de Turma	7
CJ-3	Subsecretário do Tribunal	2
CJ-4	Diretor-Geral de Coordenação Administrativa	1
CJ-4	Diretor-Geral de Coordenação Judiciária	1
CJ-4	Secretário-Geral da Presidência	1
FC-1	Executante	142





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

FC-2	Assistente	532
FC-2	Assistente de Turma	11
FC-3	Artífice Especializado	4
FC-3	Assistente de Apoio Administrativo	41
FC-3	Secretário de Audiência do Tribunal	1

FC-3	Secretário de Gabinete de Turma	11
FC-4	Assistente de Secretaria	258
FC-4	Assistente de Seção	26
FC-4	Assistente de Setor	63
FC-4	Assistente Técnico da Escola Judicial	2
FC-4	Assistente Técnico de Apoio Administrativo	63
FC-4	Assistente Técnico de Turma	5
FC-4	Calculista	153
FC-5	Assistente de Gabinete	350
FC-5	Assistente de Juiz	346
FC-5	Assistente Especializado	26
FC-5	Assistente Especializado da Diretoria-Geral	3
FC-5	Assistente Especializado da Presidência	18
FC-5	Assistente-Chefe de Gabinete	1
FC-5	Assistente-Chefe de Posto Avançado	3
FC-5	Assistente-Chefe de Setor	62
FC-5	Chefe de Seção	26
FC-5	Chefe de Seção de Secretaria Conjunta	153
FC-5	Assistente da Vice-Presidência Administrativa	2
FC-5	Assistente da Vice-Presidência Judicial	2
FC-5	Chefe de Gabinete de Turma	7
FC-6	Chefe de Núcleo	1

Finalizada a deliberação quanto ao primeiro processo da pauta, passou-se à discussão do seguinte processo:

Item	Assunto
	Proposta de Resolução Administrativa que altera dispositivos da Resolução Administrativa n.º





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Processo n.º 21259/2024 PROAD	010/2012 (Regulamento Geral de Secretaria do Tribunal), a fim de incluir a Seção de Sustentabilidade e Inclusão no organograma do TRT-15, dando cumprimento ao contido na Resolução CSJT n.º 386/2024 e atualizando as competências das unidades vinculadas à Assessoria de Gestão Estratégica
-------------------------------	--

Esclareceu o Presidente que este feito traz proposta de norma que visa inserir, no organograma do Tribunal (Regulamento Geral de Secretaria - RA n.º 10/2012), a Seção de Sustentabilidade e Inclusão, em consonância com a Resolução CSJT n.º 386/2024, que institui a Política de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência no âmbito da Justiça do Trabalho.

Aberta a palavra, a Excelentíssima Desembargadora Ana Cláudia Torres Vianna, destacou a importância do tema e o desafio de se ajustar a estrutura administrativa do Tribunal, para atender às políticas afirmativas dos Conselhos Superiores do Poder Judiciário, diante de um quadro adverso no quantitativo de servidores.

O Presidente concordou com essa ponderação, destacando que, de fato, as dificuldades para a imprescindível adequação que se impõe são, ainda maiores para um Tribunal do porte do TRT da 15ª Região.

Após os debates, a Comissão, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta em questão, nos seguintes termos:

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º \_\_\_\_/2026**

\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

Altera dispositivos da Resolução Administrativa n.º 010/2012 – Regulamento Geral de Secretaria do Tribunal e dá outras providências.

**A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

**CONSIDERANDO** a Resolução CSJT n.º 386/2024, que institui a Política de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência no âmbito da Justiça do Trabalho e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a necessidade, para cumprimento do comando normativo, de instituir estrutura organizacional própria e exclusiva para execução e acompanhamento das ações relativas à acessibilidade e à inclusão da pessoa com deficiência;

**CONSIDERANDO** que a temática da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência encontra-se incorporada ao planejamento estratégico dos Tribunais Regionais do Trabalho; e

**CONSIDERANDO** a deliberação do Egrégio Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, no âmbito do Proad n.º 21259/2024, em Sessão Administrativa realizada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Alterar o art. 1º, inciso V, alínea g, do Anexo Único - Regulamento Geral de Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - da Resolução Administrativa n.º 10, de 5 de outubro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1.º.....

V - .....

g) .....

.....

3. ....

3.1 Seção de Sustentabilidade e Inclusão;

**Art. 2º** Incluir os artigos 153-B, 153-C e 153-D, com a seguinte redação:

**Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade**

Art. 153-B. À Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade, vinculada à Assessoria de Gestão Estratégica, compete planejar, coordenar e executar os programas, projetos e ações de responsabilidade socioambiental, bem como as atividades de acessibilidade e integridade do Tribunal.

Art. 153-C. À Seção de Acessibilidade e Inclusão, vinculada à Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade, compete:





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

- I – elaborar e implementar políticas e diretrizes que promovam a acessibilidade nas diversas áreas de atuação do Tribunal;
- II – propor, coordenar e, no que couber, implementar planos, projetos e ações voltados à promoção da acessibilidade e da inclusão e à oferta de suporte biopsicossocial e institucional às pessoas com deficiência;
- III – promover e divulgar boas práticas em acessibilidade e inclusão, compartilhando experiências e lições aprendidas com outras instituições e órgãos do Poder Judiciário;
- IV – subsidiar a administração com informações e pareceres técnicos que auxiliem a tomada de decisão sob o aspecto da acessibilidade, inclusão e respeito à diversidade;
- V – atender e auxiliar no desenvolvimento das ações e no atendimento das demandas oriundas da Comissão de Acessibilidade e Inclusão;
- VI – elaborar o relatório anual de ações de acessibilidade e inclusão;
- VII – acompanhar e avaliar a execução das ações e metas previstas nos planos e programas de acessibilidade e inclusão do Tribunal;
- VIII – propor medidas para a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, tecnológicas e atitudinais no âmbito institucional;
- IX – promover campanhas, treinamentos e ações de sensibilização voltadas à inclusão de pessoas com deficiência e à promoção da acessibilidade;
- X – propor e apoiar ações de capacitação do quadro de pessoal e, quando cabível, do quadro auxiliar, para fomentar a conscientização e o atendimento adequado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- XI – orientar as unidades do Tribunal quanto à adequação de espaços, serviços, sistemas e procedimentos, para garantir o acesso universal;
- XII – monitorar o cumprimento das normas legais e regulamentares relativas à acessibilidade e inclusão, propondo adequações sempre que necessário;
- XIII – fomentar a utilização de recursos de tecnologia assistiva e soluções inclusivas no ambiente de trabalho e nos serviços prestados ao público;
- XIV – participar, em conjunto com a unidade de gestão de pessoas e a área de saúde, do acompanhamento funcional de servidores(as) com deficiência, promovendo avaliações e adaptações necessárias ao pleno exercício de suas atribuições;
- XV – manter e atualizar o cadastro de magistrados(as), servidores (as), estagiários(as), aprendizes, prestadores(as) de serviços e demais trabalhadores(as) com deficiência, com detalhamento dos tipos de deficiência, suportes e recursos de adaptação necessários, apresentando sugestões para melhoria da acessibilidade;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

XVI – prestar as informações referentes aos indicadores de acessibilidade e inclusão previstos nas normas do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

XVII – participar da análise e instrução de processos e procedimentos administrativos que envolvam matérias relacionadas à acessibilidade, à inclusão e aos direitos das pessoas com deficiência, incluindo a apreciação prévia de atos normativos, iniciativas do planejamento estratégico, lotação e adequação de postos de trabalho, condições especiais de trabalho, denúncias de assédio, discriminação ou violência em razão de deficiência, bem como aquisições, locações e contratações de bens, serviços, equipamentos ou sistemas voltados à promoção da acessibilidade;

XVIII – buscar, incentivar e promover parcerias com outros tribunais, conselhos, entidades públicas e privadas e organizações da sociedade civil para o intercâmbio de experiências e o fortalecimento das políticas de acessibilidade e inclusão;

XIX – articular-se com outras unidades administrativas para o desenvolvimento e integração de ações conjuntas de acessibilidade e inclusão;

XX – apoiar a implementação de políticas de equidade, diversidade e respeito aos direitos humanos, em consonância com as diretrizes nacionais do Poder Judiciário; e

XXI – manter atualizado o registro das ações, projetos e iniciativas de acessibilidade e inclusão desenvolvidas pelo Tribunal, garantindo transparência e publicidade dos resultados.

**Coordenadoria de Gestão de Projetos, Processos e Riscos**

Art. 153-D. À Coordenadoria de Gestão de Projetos, Processos e Riscos, também vinculada à Assessoria de Gestão Estratégica, compete planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades de projetos, processos e integridade do Tribunal.

**Art. 3º** Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**(a)ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN**

Desembargadora Presidente do Tribunal

O Excelentíssimo Desembargador Presidente outorgou aos presentes, então, a possibilidade de que outros assuntos de interesse desta Comissão pudessem ser discutidos.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Nada mais havendo para deliberar, o Desembargador Presidente da Comissão, agradeceu, novamente a presença de todos.

A reunião foi finalizada às 10h15.

**Helcio Dantas Lobo Junior**  
**Desembargador Presidente da Comissão**

